



### Escola Normal da Bahia, Anna Joaquina Bonatti e o curso normal para mestras - Trajetórias Entrelaçadas (1836-1895)

Tiane Melo dos Anjos<sup>1</sup>  
Mestre (PPGEduC-UNEB)

 <https://orcid.org/0009-0003-2768-4051>

Recebido em: 23/01/2025

Aprovado em: 21/02/2025

#### RESUMO

A Escola Normal da Bahia, criada pela Lei Nº 37 de 14 de abril de 1836 ofertava o curso normal para a habilitação de professores para o ensino nas escolas primárias. Prescrevendo a criação de um curso normal especial para as mestras, em seus art. 16 e 17 determinava que, o Curso Normal para as Mestras seria limitado às matérias de ensino primário, perpassando pelo ensino de Desenho Linear, e as prendas que servem à economia doméstica. De 1842 a 1847, os documentos históricos apontam que algumas mulheres procuravam o curso normal de modo que diversas foram as tentativas de criação deste curso especial ou modalidades de inserção das senhoras. Diante deste contexto, surge a figura da ilustre professora Anna Joaquina dos Santos Bonatti, primeira mulher

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (2019, PPGEduC); Especialista em Gênero e Sexualidade na Educação (2024, UFBA), Coordenadora Pedagógica na cidade de Simões Filho, pela Secretaria Estadual de Educação da Bahia (SEC) desde 2019; integrante do Grupo de Pesquisa em Educação e Currículo (GPEC) desde 2012. ORCID 0003-2768-4051, tianemelo19@gmail.com .



professora na Escola Normal, que foi encarregada de dar aulas de lição complementar e práticas às alunas que desejavam ingressar no curso, cuja trajetória se entrelaça com a da escola normal. Atuou na instituição ao longo dos anos de 1847 a 1879, assumindo a função de professora a diretora da referida instituição. Com uma visão crítica e atenciosa para a Escola Normal da Bahia, Anna Bonnati solicitava constantemente ao Presidente da Província, atenção para com a referida instituição. Este artigo de base metodológica documental se propõe a indicar pistas para o estudo da trajetória profissional de Anna Joaquina dos Santos Bonatti. Os relatórios de presidentes da província e da instrução foram utilizados como base documental para o desenvolvimento deste estudo. É por essa riqueza de informações encontradas nas análises dos escritos de professores que se pode chegar à conclusão de que contar a história com os olhos daqueles que participaram ativamente de todo processo e, que ao terem suas imagens ampliadas, saíram da condição de invisibilidade, ajudando a (re) construir a história das Escolas Normais e da educação na Bahia.

### PALAVRAS-CHAVE

Escola Normal; Curso primário; Pesquisa documental; Trajetórias.

### Introdução

O interesse em desenvolver um estudo com base na trajetória de uma professora vinculada a uma instituição educacional resulta de uma pesquisa exploratória destinada a evidenciar a presença das mulheres nas escolas primárias. Em



2015, por meio de um trabalho de conclusão do curso de Pedagogia, intitulado Feminização do magistério primário da Bahia do fim do Império até a década de 30: um estudo a partir de documentos oficiais houve o primeiro contato com as fontes documentais que davam conta de apontar a presença da ilustre professora Anna Joaquina dos Santos Bonnati. Elementos estes pouco explorados.

Os resultados desta monografia levaram à continuidade dos estudos, tomando como objeto de estudo o ingresso feminino na Escola Normal atrelado às constantes reformas pelas quais passou o curso normal desde sua criação em 18636, fruto de um tensionamento feminino pelo ingresso na instituição. Nesse momento, surgiu então a proposta de dissertação de mestrado A Escola Normal da Bahia no contexto da profissionalização e feminização do magistério primário no estado que tomou como referência os anos transcorridos entre 1842, data de inauguração da Escola Normal e 1888, ano da Abolição da Escravatura, e que antecede a instauração da República no país.

Foi ao longo do contato com as legislações, relatórios de diretores da instrução e de presidentes da província, por meio do desenvolvimento dessas duas pesquisas, uma monográfica e a dissertação de mestrado, que surgiu o desejo de pesquisar acerca de Anna Joaquina dos Santos Bonnati, enquanto professora do curso normal de senhoras e sua trajetória que se entrelaça as transformações que ocorriam no curso de senhoras da antiga Escola Normal da Bahia.



Nesse sentido, este artigo busca dar pistas para o estudo desta importante educadora, que figurou como a primeira mulher professora da escola normal da Bahia, além de atuar no cargo de diretora da referida instituição ao longo de anos (1861-1879). Sua trajetória profissional dialoga constantemente com as reformas pelas quais passou a escola normal, desde a sua criação, até a formatação de um curso específico para senhoras em uma sociedade patriarcal, e cheia de restrições ao público feminino.

A pretensão foi a de relacionar as representações sociais sobre a inserção das mulheres no ensino normal com o conseqüentemente ingresso na Escola atrelado à presença e atuação de Anna Joaquina dos Santos Bonnati na Escola Normal da Bahia (1848-1879). Em linhas gerais, buscou-se compreender a organização da escola, o desenvolvimento do ensino normal, e a inserção feminina neste espaço tomando por base a figura da primeira diretora da referida instituição. Observando as relações entre um e outro polo, ou seja, entre a atuação da professora Anna Bonnati e o modo como e porque ocorreram reformas relacionadas à participação das mulheres na matrícula da Escola Normal.



### Fontes para o estudo da Trajetória de Anna Bonnati na Escola Normal da Bahia

Este artigo de base metodológica documental se propõe a indicar pistas para o estudo da trajetória profissional de Anna Joaquina dos Santos Bonatti. Os relatórios de presidentes da província e da instrução foram utilizados como base documental para o desenvolvimento deste estudo, ajudando a reconstruir a história das Escolas Normais e da educação na Bahia.

Segundo Ulpiano Meneses (1992)<sup>2</sup>, as fontes documentais materializam uma memória, por serem objetos produzidos de acordo com as demandas do seu tempo. Falas e Relatórios de presidentes da província, Relatórios de Diretores da Instrução e Relatórios de Diretores da Escola Normal e a legislação educacional foram tomados como fontes para este estudo.

---

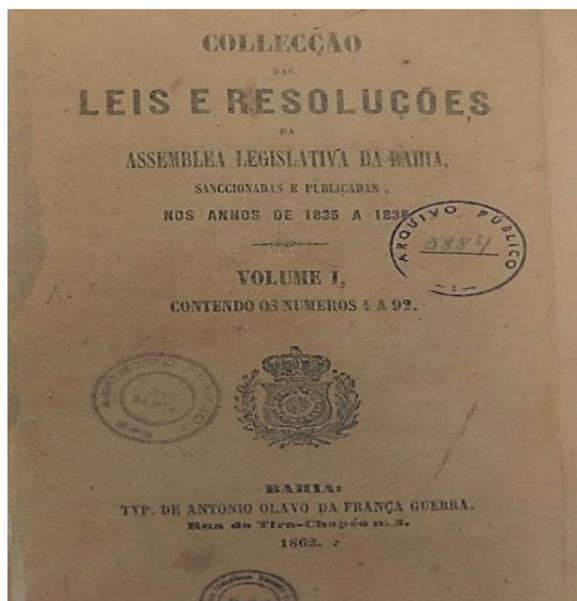
<sup>2</sup> MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *A História, cativa da memória?* Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, v. 34, p. 9-23, 1992.

Disponível em:

[https://biblio.fflch.usp.br/Meneses\\_UTB\\_42\\_849013\\_AHistoriaCativaDaMemoriaParaUmMapeamentoDaMemoria.pdf](https://biblio.fflch.usp.br/Meneses_UTB_42_849013_AHistoriaCativaDaMemoriaParaUmMapeamentoDaMemoria.pdf) . Acesso em: 25 fev. 2025.



Figura 1. Capa do Volume I de Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa da Bahia, contendo a Lei de Nº 14 de Abril de 1836. Bahia. 1862.



**Fonte:** Documento localizado no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) pela pesquisadora em 2018

Os relatórios de diretores da instituição utilizados cobrem um período de 1846 a 1885; os relatórios e falas de presidentes da província de 1842 a 1889; os relatórios de diretores e diretoras da escola normal no período de 1860 a 1880. Portanto, para esta pesquisa, foram utilizados documentos de teor administrativo/oficiais.

Essa compreensão das características e funções do documento constitui-se em elemento que enriquece a análise documental, a partir da crítica do escrito tendo entendimento do contexto de elaboração do mesmo. Grande parte dos documentos utilizados neste estudo, foram localizados pelo Grupo de Pesquisa em Educação e



Currículo (GPEC), que vem desde 2007 desenvolvendo estudos no campo da história da educação, dos modos de fazer e ser professor, e criando acervos físicos e on line, tal qual o Blog Modos de Fazer Educação na Bahia, no passado e o presente, que possibilitam o acesso a documentos históricos que versam sobre a história da educação na Bahia. Outras documentações foram localizadas no Center for Research Libraries – Global Center Resources Network (CRL) e no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), constituindo-se em documentos históricos que contém informações, pensamentos, normas, juízos de valor dos sujeitos do passado.

Nesta pesquisa, os escritos de presidentes da província, diretores da instrução, diretoras e diretores da escola normal, leis e regulamentos da instrução foram tomados como testemunhas para o estudo. Fontes mais acessíveis que apontam para os caminhos da história da Anna Joaquina dos Santos Bonatti e do curso normal para mestras (1848-1895).



### Apontamentos sobre o dilema da Coeducação de homens e mulheres: da criação aos primeiros anos de funcionamento da Escola Normal da Bahia (1836-1846)

Escola Normal da Bahia, criada pela Lei Nº 37 de 14 de abril de 1836 ofertava o curso normal para a habilitação de professores para o ensino nas escolas primárias. Prescrevendo a criação de um curso normal especial para as mestras, em seus art. 16 e 17 determinava que, o Curso Normal para as Mestras seria limitado às matérias de ensino primário, perpassando pelo ensino de Desenho Linear, e as prendas que servem à economia doméstica.

De 1842 a 1847, os documentos históricos apontam que algumas mulheres procuravam o curso normal de modo que diversas foram as tentativas de criação deste curso especial ou modalidades de inserção das senhoras.

Embora a Lei de 1837 criasse a Escola Normal da Bahia, a instalação do curso se deu no início do mês de outubro de 1841, na presença de autoridades civis e militares. Por meio da formação fornecida pelo curso normal deveriam habilitar-se as pessoas para o ensino nas escolas primárias ao longo de dois anos de curso. A justificativa para a demora na abertura do curso é encontrada no artigo 4º da Lei Nº 37 de 14 de abril de 1836, que determinava que dois professores deveriam ser enviados a Escola Normal da



França a fim de aprender os princípios dos métodos de ensino, ficando obrigados a traduzir um manual dos métodos mútuo e simultâneo e escrever o regulamento para a Escola Normal e para as escolas primárias do estado<sup>3</sup>. O ato de inauguração do curso normal:

[...] se efetivou no Teatro São João, sob a presidência do Desembargador Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, Presidente da Província, [...] cumprindo a disposição do art. 21 da Lei de 37 citada, decretou, a 20 de janeiro de 1842, o primeiro Regulamento para a Escola, cujas aulas tiveram início a 26 de março do mesmo ano, no distrito da Sé [...]<sup>4</sup>.

As autoridades do período, tais como, o Visconde de Camamu José Egídio Veloso de Gordilho Barbuda (1828), Thomas Almeida (1839/1840), Paulo José M. Azevedo e Brito (1841), Joaquim de Vasconcellos (1843) e Francisco d'Andrea (1845/1846), dentre outros, estavam preocupados em superar as dificuldades na implantação da Lei de 15 de outubro de 1827 no que tange a prática do método lancasteriano nas escolas de primeiras letras. O projeto político educacional do período tinha por objetivo instruir a população pobre, isto porque, as escolas de primeiras letras.

[...] foram implantadas com o franco objetivo de se fornecer educação básica aos elementos oriundos das camadas sociais mais pobres, de forma a possibilitar a melhoria na qualidade da mão-de-obra dos trabalhadores brasileiros.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> FRANCA, Alípio. *Memória Histórica 1836 a 1936*. Bahia 14 de abril de 1936.

<sup>4</sup> Ibid, p. 13.

<sup>5</sup> SILVA, José Carlos de Araujo. *O recôncavo baiano e suas escolas de primeiras letras (1827-1852): um estudo do cotidiano escolar*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação (FACED), 1999, p. 153.



Devendo as escolas da capital, cidades e vilas populosas ser do ensino mútuo conforme o quarto artigo da Lei de 1827, e sendo papel da Escola Normal da Bahia habilitar profissionais para o magistério primário por meio de uma cadeira voltada para o ensino prático do método.

Como a Escola Normal da Bahia não foi implantada de imediato Joaquim Vasconcellos, Presidente da Província em 1842, vai afirmar que tal criação parecia mais dispendiosa do que proveitosa, pois não havia habilitado um professor para as cadeiras primárias, sendo algumas delas exercidas interinamente.

O general Francisco José Lima Soares d'Andrea, sucessor de Vasconcellos, afirmava que, mesmo com os investimentos, no que tange a criação do curso de formação, muitos dos professores das escolas primárias continuavam com “[...] a falta de assiduidade no cumprimento de suas obrigações, negligentes uns, displicentes outros. Alegando enfermidades verdadeiras ou falsas, roubando à mocidade ou lhe retardando o gozo da verdadeira instrução”<sup>6</sup>.

É nesse contexto que surge a proposta de criação de um curso normal para senhoras. Haja vista que havia a necessidade de se habilitar professores para as cadeiras de meninos e professoras para as cadeiras de meninas, em uma época em que a coeducação

---

<sup>6</sup> D'ANDREA, 1843 *apud* TELES, José Francisco de Sá. *Subsídios a história da pedagogia e da educação na Bahia: recordações de um Mestre-escola*. 2ª Ed. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1989, p. 47.



não era socialmente aceita. Além de apontar para a criação do curso normal para senhores, a Lei de Nº 37 de 14 de abril de 1836 prescrevia um curso normal para as mestras.

De acordo com o Art. 2 a Escola Normal da Bahia iria funcionar inicialmente com duas cadeias, uma para o ensino do método mútuo e outra para o ensino das disciplinas de caligrafia, aritmética, desenho linear, princípios de religião cristã, gramática da língua portuguesa (exercícios de análise e imitação dos clássicos). Entretanto, a Lei de Nº 37, vai apontar a distinção existente no que tange a formação pelo curso normal, para homens e mulheres. Se o segundo artigo da referida Lei aponta as disciplinas ofertadas nas cadeiras do curso, uma voltada para o método e a outra voltada para as aprendizagens teóricas básicas para o ensino da época (para o curso normal de homens), os artigos 16 e 17 vão detalhar como deveria ser a formação das professoras primárias indicando que:

Artº 16 As mestras de Instrução Primária serão admitidas a um curso especial da Escola Normal.

Artº 17 O Curso Normal para as Mestras, limitar-se-á as matérias de ensino primário, ajuntando-se o Desenho Linear, e as prendas que servem á economia doméstica<sup>7</sup>.

Logo, a inserção das mulheres no curso normal possuía um caráter ambíguo: apontava para as primeiras tentativas de ampliar a escolarização feminina; ao mesmo

---

<sup>7</sup> PARAIZO, Francisco de Souza; AMARAL, Antonio Joaquim Alvarez do; BARAÚNA, Manoel da Silva. Lei de 14 de Abril de 1836, Nº 37. *Coleção de Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa da Bahia*, Sancionadas e Publicadas nos anos de 1835 a 1836. Volume I, Contendo os números de 4 a 92. Bahia, Tipografia de Antonio Olavio de França e Guerra, 1862, p. 124. Artigos alterados pela Resolução de 2 de Agosto de 1850, nº 403.



tempo reproduzia os valores da sociedade vigente, patriarcal, sexista, onde as mulheres era 'destinado' o espaço privado, o lar, de modo que as prendas domésticas compreendiam uma disciplina a ser ensinada ao longo do curso; bem como o currículo escolar era reduzido às aprendizagens apenas as matérias do ensino primário, de acordo com o artigo de Nº 14, a saber: o ensino da leitura e da escrita, das quatro operações de aritmética, quebrados, decimais e proporções, elementos da gramática portuguesa, desenho linear e os princípios da doutrina cristã<sup>8</sup>.

Mesmo tendo a prescrição legal datada de 1836, se tem notícias do ingresso feminino no curso normal a partir do seu primeiro ano de funcionamento, em 1842, quando contava com uma aluna matriculada, e em 1845 havia cinco normalistas como ouvintes em um total de dezessete alunos<sup>9</sup>. Em 1846, o Presidente o Conselho da Instrução Pública, Justiniano da Silva Gomes, vai noticiar que, as aulas funcionavam em dias alternados, entre discípulos e discípulas, contendo duas estudantes ouvintes, em um total de seis matriculados<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> PARAIZO, Francisco de Souza. Lei de 14 de Abril de 1836, nº 35. *Coleção de Leis e resoluções da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia*, sancionadas e publicadas nos anos de 1835 a 1838. Volume I, contendo os números 1 a 92. Bahia, Tipografia de Antonio Olavo da França Guerra, 1862.

<sup>9</sup> LIMA, Marta Maria Leone. A Escola Normal da Bahia: o modelo francês em terra tropical no século XIX. IN: SOUZA, Ione Celeste de Jesus. *Escolas normais da Bahia: olhares e abordagens*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012, p. 181.

<sup>10</sup> GOMES, Justiniano da Silva. *Relatório Apresentado pelo Conselho de Instrução Pública a Assembleia Legislativa da província da Bahia*. Tipografia de Galdino José Bizerra e Companhia, 1846, p. 37.



Em 1846, o Conselho de Instrução Pública vai propor uma reforma na Escola Normal da Bahia, com um programa mais extenso envolvendo escrituração e contabilidade, música, física, química, pedagogia, e geografia e, com o plano de uma escola normal primária para professoras, onde seria possível, separar ambos os sexos do processo de ensino, podendo se dar a ênfase ao ensino das economias domésticas.

O curso especial para mulheres previsto pela Lei nº 37 de 14 de Abril de 1836 foi reelaborada pelo Conselho de Instrução Pública a fim de dar forma e aplicação às prescrições legais em uma tentativa de continuar a receber alunas, em espaços diferentes, bem como qualificar mulheres para atender a demanda crescente pelo número de meninas nas escolas primárias em um momento em que a coeducação não era tolerada.

Por esta razão Gomes (1846)<sup>11</sup> tece críticas sobre a organização do curso normal baiano, e comparando-o ao da Escola Normal primária d'Academia de Paris considerou vantajosa a conversão da escola normal em dois internatos, o primeiro associado ao Colégio dos Órfãos de São Joaquim, a fim de abrir a carreira do magistério aos “desvalidos, que mostrassem vocação para o ensino”. O segundo internato está em sua proposta de um Plano de uma Escola Normal Primária para professoras, para habilitar as mulheres, assim

---

<sup>11</sup> Ibidem, p. 40.



como estavam obrigados os professores públicos, como decretava o artigo 11 da Lei de nº 37<sup>12</sup>.

Justiniano Gomes (1846) lamentava a ausência de professoras na Escola Normal, tendo em vista que o ensino era feito por homens e, portanto, não eram oferecidas aulas de coser, bordar e economia doméstica às poucas alunas que frequentavam este espaço formativo. A esses anseios aliava-se o ganho na redução dos gastos para a manutenção do prédio onde funcionaria a escola normal.

A diferença sexual tinha estreita relação com a diferenciação curricular, apontada desde a Lei de nº 37 de 14 de abril de 1836, e aqui reforçada por Justiniano Gomes em seu relatório. Seu relato apontava o incômodo constante com o fato de que as poucas professoras primárias que já estavam em exercício se viam obrigadas a habilitar-se pela Escola Normal, frequentando as aulas, em dias alternados (a do sexo masculino), porém com o mesmo professor que lecionava os discípulos. De 1845 a 1846, eram cinco os ouvintes que frequentavam as aulas do curso normal<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Projetos como este do curso normal primário para senhoras, seriam vistos em outros estados. Em 1840, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul surgiu a intenção de criar um curso normal associado ao Recolhimento das meninas desvalidas, ideia que não foi concretizada por conta das revoltas instauradas na região. Para saber mais: WERLE, Flavia Obino Corrêa. História das instituições escolares: de que se fala?. IN: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. (Orgs.) Fontes, história e historiografia da educação. Campinas. São Paulo: Autores Associados: HISTEDBR, Coleção Memória da Educação, 2004.

<sup>13</sup> Gomes, 1846, p. 45.



O ensino precisava ser distinto e separado entre os discípulos e discípulas, com horários e disciplinas diferenciadas. Ainda segundo Gomes (1846)<sup>14</sup>, não era conveniente que “[...] as senhoras que se destinam ao magistério continuassem a seguir a Escola Normal dos Professores.”. Essa ênfase na separação dos sexos e na inconveniência de homens ensinarem senhoras e meninas é característica de uma sociedade na qual a Igreja possuía fortes influências no que tange as divisões sexuais dos papéis. Para Almeida (2007) as aprendizagens femininas sofriam influências dos costumes religiosos<sup>15</sup>.

Novamente, se por um lado observa-se o despertar para a necessidade de ampliar as oportunidades de estudo para as mulheres, por meio das propostas de criação de escolas e de abertura do curso de formação de professoras, por outro se nota que os defensores da moralidade incentivaram a criação de um curso separado, de acordo com a construção social da moral feminina.<sup>16</sup> Cabe aqui indicar que, o plano de uma escola normal para professoras, proposto por Justiniano Gomes, não se executou do modo com o mesmo

---

<sup>14</sup> Ibid, p. 43.

<sup>15</sup> ALMEIDA, Jane Soares de. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil a partir do século XIX. IN: SAVIANI, Dermeval [et.al.]. *O legado educacional do século XIX*. Campinas: SP: Autores Associados, Coleção educação contemporânea, 2ª Ed. rev. E ampl, 2006.

<sup>16</sup> VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. A primeira Escola Normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização docente no século XIX. In: ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antonio de Pádua Carvalho (Org.). *As Escolas Normais no Brasil: do Império á Republica*. Campinas, SP. Editora Alinea, 2008. P. 29-45; SILVA, Maria Goretti Lopes Pereira e. A constituição da Escola Normal do Ceará em documentos oficiais e no discurso jornalístico. In: ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antonio de Pádua Carvalho (Org.). *As Escolas Normais no Brasil: do Império á Republica*. Campinas, SP. Editora Alinea, 2008.



indicava, mas suas críticas certamente influenciaram os próximos passos no que tange a formatação do curso normal de senhoras<sup>17</sup>.

Diante deste contexto, surge a figura da ilustre professora Anna Joaquina dos Santos Bonnati, primeira mulher professora na Escola Normal, que foi encarregada de dar aulas de lição complementar e práticas às alunas que desejavam ingressar no curso.

### A trajetória profissional de Anna Joaquina dos Santos Bonnati, a Escola Normal da Bahia e o Curso de Senhoras

plano de uma escola normal primária em 1846, bem como a presença de mulheres na Escola Normal da Bahia nos anos de 1845 e 1846, foi elemento fundamental para a posterior existência e criação de um curso ministrado por uma monitora. Tendo em vista que o plano de uma Escola Normal Primária para Senhoras, proposto por Gomes (1846), associado ao Recolhimento da Misericórdia não se efetivou, a solução encontrada foi a de atribuir a uma professora primária que possuísse um bom desempenho a missão de educar as senhoras que buscavam o curso normal.

---

<sup>17</sup> Para mais detalhes acerca deste plano de um curso normal para senhoras, ver a sessão: O plano de uma escola normal primária para professoras no relatório do Conselho de Instrução Pública de 1846, da dissertação de mestrado de Anjos (2018) intitulada A Escola Normal e a feminização do magistério primário na Bahia entre 1842 e 1889.



Por Ato de 1º de fevereiro de 1848, Anna Joaquina dos Santos Bonnati foi nomeada como monitora da escola de meninas da freguesia de São Pedro, dando lições de teoria e prática. Cabe salientar que nos documentos localizados não há uniformidade no que tange à escrita do nome da primeira professora de práticas da Escola Normal. Em Alguns documentos aparece Anna Joaquina dos Santos Bonnati, com duas letras ‘n’, e em outros com duas letras ‘t’. Optou-se por preservar a grafia semelhante à encontrada na obra Memória Histórica de Alípio Franca. Anna Joaquina dos Santos Bonnati foi a primeira mulher professora na Escola Normal, ao ser encarregada de dar aulas de lição complementar e práticas às alunas que desejavam ingressar no curso. Permaneceu sendo professora de gramática e ciências e, diante das reformas da Escola, passou a ser a diretora do Internato Normal de Senhoras entre os anos de 1861 a 1879<sup>18</sup>.

Moura Magalhães (1848) determinou que o ensino das práticas fosse desenvolvido nas escolas públicas de melhor desempenho: as da freguesia da Sé e de Santo Antônio para os alunos mestres; e a da freguesia de São Pedro para o de senhoras. Foi na escola de meninas da freguesia de São Pedro que Anna Joaquina dos Santos Bonnati atuou

---

<sup>18</sup> MADUREIRA, Casemiro de Sena. *Relatório apresentado ao Exm. Sr. Desembargador, Conselheiro Francisco Gonçalves Martins, presidente da província da Bahia por Casemiro de Sena Madureira, Diretor Geral dos Estudos no ano de 1852*. Bahia, Tipografia Const. de Vicente Ribeiro Moreira, 1852.

MAGALHÃES, João José de Moura. *Fala que recitou o Presidente da Província da Bahia, o Desembargador João José de Moura Magalhães, n'abertura da Assembleia Legislativa da mesma província em 25 de março de 1848*. Bahia, Typ. de João Alves Portella, 1848.



como Monitora do curso normal de senhoras, dando lições de teoria e prática (1847 a 1850).

João José de Moura Magalhães (1848)<sup>19</sup>, determinou que as discípulas que se propõem a professoras fossem dispensadas de frequentarem as aulas teóricas da Escola normal, isto porque a prática do ensino do método mútuo e simultâneo nunca se desenvolveu de modo suficiente naquele espaço. Neste caso, as normalistas deveriam comparecer a Escola Normal apenas para fazer os seus exames finais, pois estariam se habilitando numa escola pública, desta capital, designada pelo conselho de instrução, que foi a da Freguesia de São Pedro.

Na época a Anna Joaquina dos Santos Bonnati, foi nomeada inteiramente e sem gratificação, como monitora encarregada do ensino complementar na conformidade do artigo 3 da Lei Nº 37. Isto porque “[...] sendo certo que a professora atual pelo avultado o número de discípulas não pode ser distraído do seu ensino primário em que é empregada”.<sup>20</sup> Em 1850, o Vice-Presidente da província da Bahia, Dr. Álvaro Tibério de Moncorvo e Lima sancionou a Resolução nº 403 de 2 de Agosto de 1850 que estabeleceu o curso normal para as senhoras de que tratava o art. 16 e 17 da Lei n. 37 de 1836, sendo este, ainda ministrado pela professora Anna Joaquina.

---

<sup>19</sup> Ibid, p. 12.

<sup>20</sup> Magalhães, 1848, p. 12.



Assim como a escola primária para a prática das normalistas foi escolhida por conta da alta frequência, a dos homens também foi escolhida por igual motivo: “A da Sé frequentada regularmente por 90 alunos, a de São Pedro por 85, a de S. Antônio por 80 [...]”.<sup>21</sup> Nesse ponto, é importante indicar que, a alta frequência de estudantes as aulas eram sinônimo da qualidade da aula ministrada pelo professor ou professora.

Casemiro de Sena Madureira, Diretor Geral dos Estudos, também dá a conhecer o fato de que não se praticava o método mútuo nas escolas visitadas, de modo que a própria prática de métodos no curso normal, não vinha sendo executada. Com exceção da escola de senhoras, no qual a monitora nomeada dava lições de teoria e prática a quatro alunas.

Conforme a Resolução nº 403, na Bahia, o curso teórico para o sexo feminino seria ministrado no mesmo prédio da Escola Normal dos Homens em dias alternados, embora as alunas recebessem aula também de professores do sexo masculino. E o curso prático seria ministrado por professora em prédio separado, porém sujeito ao mesmo diretor, sendo que para ambos os sexos o curso normal teria duração de dois anos.

No mapa demonstrativo das aulas da Escola Normal datado de 1856, verifica-se que Anna Joaquina foi designada pelo artigo três da Resolução n. 403 para ser professora

---

<sup>21</sup> MADUREIRA, Casemiro de Sena. *Relatório sobre o estado da Instrução Pública apresentado ao Ex. Desembargador Conselheiro Francisco Gonçalves Martins Presidente da Província, por Casemiro de Sena Madureira, Diretor Geral dos Estudos, no ano de 1851*. Tipografia Const. de Vicente Ribeiro Moreira, 1851, p. 3.



de Práticas de métodos e ensino de prendas domésticas passando a exercer o cargo a partir de 17 de setembro de 1850, tendo 7 alunas frequentes.<sup>22</sup>

Em 1852, o Diretor Geral dos Estudos, Casemiro Madureira, dá a conhecer uma das reclamações constantes de Anna Bonnati no que tange ao ensino de práticas ministrado às normalistas: a falta de material considerável indispensável para a prática de métodos. Em sua crítica, Anna Bonnati aponta que o ensino prático não se desenvolvia do modo conveniente, pois, nem as salas, nem os utensílios da maioria das escolas da cidade de Salvador eram adequados para tal fim. Exceto as aulas da freguesia da Conceição, que segundo a monitora, desenvolvia o ensino dos métodos e práticas desde 1850, com cômodos, e utensílios adequados para isso (embora em número insuficiente).

Tal posicionamento mostra a postura atuante e crítica da professora, que requeria constantemente nos relatórios maiores investimentos no que tange ao ensino desenvolvido no curso normal de senhoras, e em relação às condições de trabalho. De 1842 a 1860, os documentos apontam que as aulas do curso normal eram desenvolvidas em dias alternados, com as alunas recebendo as lições teóricas dos professores, e as lições práticas da monitora Anna Joaquina dos Santos Bonnati.<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> BORGES, Abílio Cesar. *Relatório sobre a Instrução Pública da Província da Bahia apresentado ao Ill. Ex. Snr. Presidente Comendador Alvaro Tiberio de Moncorvo e Lima por Abílio Cesar Borges*. Tipografia de Antonio Olavo da França Guerra e Comp., 1856.

<sup>23</sup> Madureira, 1852.



De acordo com o Mapa Demonstrativo da Escola Normal (1859) existiam apenas quatro professores em exercício em 1859, a saber: Método Mútuo e Simultâneo com João Alves Portela (então Diretor), Gramática Análise e Religião com Bellarmino Gratuliano de Aquino; Aritmética, Desenho e Caligrafia com Manoel Correia Garcia, e, no ensino prático anexo a mesma escola, Anna Joaquina dos Santos Bonnati ministrava as aulas de práticas de métodos e ensino de prendas domésticas a três alunas. De modo que, Anna Bonnati figurava como a única mulher professora em atuação na escola normal. Cabe salientar que o mesmo mapa aponta uma diferenciação salarial entre a professora monitora e os demais professores, sendo que, enquanto os professores recebiam cerca de 1.600\$000 reis, a professora recebia 1.200\$000 reis para ministrar a aula, teórica e prática, ao curso normal de senhoras.

A recusa à coeducação, e a demanda de que as disciplinas deveriam ser ministradas por pessoas do mesmo sexo, influenciaram fortemente na criação dos internatos (1861-1869), além da demanda para que as mulheres que se tornassem as responsáveis pela educação das futuras professoras primárias. Casemiro Madureira, Diretor Geral dos Estudos, vai revelar:

Respeito a Lei [nº 403], mas parece que os costumes do país, ainda não abonam a necessidade da separação dos sexos, e que muitas moças com vocação para o magistério têm, todavia repugnância de receber lições dos Professores, e não recusam receber as teorias de uma Professora [...].<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> Madureira, 1851, p. 10.



A fala de Madureira (1851) mostra que esse posicionamento contrário às classes para educação conjunta dos dois sexos ou regidas por professores do sexo oposto, era resultado não somente da orientação religiosa, mas dos medos e riscos em relação aos costumes, promiscuidade e disciplina escolar. Mais uma vez, cabe indicar que o funcionamento em dias alternados e com professores do sexo oposto não surgiu para promover a igualdade, pretendia ao mesmo tempo preservar valores arraigados na sociedade, e economizar recursos e, não somente, abrir oportunidades de estudo para as mulheres.

De 1850 a 1860, em todo o Brasil “[...] as mulheres passariam a ter uma participação mais efetiva na esfera pública, aumentando a necessidade de instrução e sua consequente demanda”<sup>25</sup> razão pela qual surgiram as leis autorizando e regulamentando a criação do curso de senhoras, tomando os cuidados necessários para evitar a promiscuidade e a coeducação.

A Lei 844 de 3 de Agosto de 1860, deu às bases para o Regulamento Orgânico de 28 de Dezembro de 1860 escrito pelo Dr. João José Barbosa de Oliveira, Diretor dos Estudos. Regulamento este que transformou o ensino na província. O Dr. Francisco Pereira d’Almeida Sebrão foi nomeado diretor do Internato Normal e dava aulas de

---

<sup>25</sup> VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. A primeira escola normal do Brasil: Concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. IN: ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antonio de Pádua Carvalho (Org.). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas, SP. Editora Alinea, 2008, p. 115.



ciências das escolas abrangendo métodos. O cargo de diretor foi posteriormente ocupado pelos professores Joaquim José da Palma, que lecionava gramática da língua vernácula, escrita e leitura, e José Lourenço Ferreira Cajaty das cadeiras de Aritmética aplicada aos usos da vida, cálculo, sistema métrico, desenho linear, recitação e geografia.

Para o Internato de Senhoras por meio do Ato do Governo da Província de 19 de fevereiro de 1861, em conformidade com o quinto artigo do Regulamento Orgânico, foram nomeadas a professora D. Anna Joaquina dos Santos Bonatti como vice-diretora da escola e como mestras adjuntas a ex-professora da cadeira pública primária de Jacobina D. Maria da Glória e a normalista D. Mathilde Emilia Leão.

Para professora da escola anexa removida para a freguesia da Vitória foi nomeada D. Florentina Laurentina de Barros Gondra. Em 20 de agosto estando ausente, a professora Maria da Glória foi substituída pela normalista D. Florência Maria da Rocha. Nota-se com esta organização que ambas as escolas teriam professores de igual sexo regendo as cadeiras, com exceção apenas da disciplina de religião que era ministrada nos dois estabelecimentos pelo Capelão Padre Themotheo Martins Valverde.

Quando da reforma da escola normal em Internato Normal de Senhoras, a Anna Joaquina dos Santos Bonatti foi nomeada vice-diretora da escola (1861) devido a sua vasta experiência enquanto monitora na referida instituição. Nesse período atuou como Professora de Gramática e Ciências das Escolas (1863-1865; 1868-1869). Em 1864, quando diretora do Internato de Senhoras, foi professora da cadeira de Ciências das



escolas abrangendo métodos. Entre os anos de 1861 a 1879, figurou como a Diretora do Internato Normal de Senhoras.<sup>26</sup>

**Figura 2** - Bahia. Quadro da professora Anna Joaquina dos Santos Bonnati. 1936.



**Fonte:** França, 1936.

Enquanto funcionou como Internato Normal, constantes eram as reclamações no que tange a frequência das aulas práticas. Albuquerque (1863)<sup>27</sup> aponta que embora a mudança para o formato de internato tivesse sido “conveniente ao ensino” sendo os internatos instalados na Freguesia da Vitória, existiam desvantagens, a de serem pouco

---

<sup>26</sup> Magalhães, 1848, Madureira, 1851.

<sup>27</sup> ALBUQUERQUE, Antonio Coelho de Sá e. *Fala que recitou na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia o presidente da província, conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, no dia 1.º de março de 1863*. Bahia, Typ. Poggetti--De Tourinho, Dias & C.A, 1863, p. 12.



frequentadas as escolas anexas, sendo a mudança realizada. O curso prático de mulheres tornou a funcionar no São Pedro, ao portão da Piedade, e o de homens na freguesia de Sant'Anna, a Fonte das Pedras.

De 1847 a 1860 figurou como a única professora da instituição. Quando “distinta” diretora do Internato de Senhoras e professora da cadeira de *Gramática e Ciências das escolas abrangendo métodos*, contou, em 1864, com D. Mathilde Emilia Leão professora de *prendas domésticas*; D. Emilia Flora de Costa Guimarães como professora da cadeira de *Gramática da língua vernácula, escrita e leitura; e Aritmética aplicada aos usos da vida, cálculo, sistema métrico, desenho linear e geografia*, respectivamente; Maria Augusta Besuchet para o ensino de *Geografia e História*.<sup>28</sup>

A disciplina na qual Anna Bonnati iniciou seus trabalhos na Escola Normal era voltada para o ensino da prática em uma escola primária. Ao longo dos anos, a denominação desta cadeira foi sendo alterada de acordo com as reformas, por isto, diferentes nomenclaturas para a cadeira de prática ocupada pela professora entre os anos

---

<sup>28</sup> CARVALHO, José Eduardo Freire de. Diretoria Geral da Instrução Pública da Bahia 29 de Fevereiro de 1876. NUNES, Luis Antonio da Silva. *Documentos Anexos ao relatório com que o Excelentíssimo Sr. Presidente da Província, Dr. Luiz Antonio da Silva Nunes, abriu a Assembleia Legislativa Provincial da Bahia no dia 1º de maio de 1876*. Bahia, Typ. do Correio da Bahia, 1876.

D'OLIVEIRA, Antonio Américo Barboza. *Mapa do Internato Normal das mulheres com declaração das professoras que as regem e das alunas que o frequentaram no ano findo de 1863*. Anexo nº 8. Diretoria Geral dos Estudos da Bahia, 20 de fevereiro de 1864.



de 1847 e 1880. Em 1879 saiu da direção da escola normal devido a uma licença, sendo substituída por Maria Augusta Besuchet (1879-1895).

Anna Joaquina dos Santos Bonnati faleceu em 1895 (FRANCA, 1936), a Figura 3 é o registro fotográfico extraído da obra do professor Alípio Franca (1936) Memória Histórica da Escola Normal. Este quadro compõe a galeria que homenageia os mestres que assim como a considerada “distinta” professora e vice-diretora, foram “joias preciosas” ao desenvolver um trabalho de “gloriosas tradições” na Escola Normal. O quadro se encontrava no Salão Nobre da Escola Normal da Bahia, atual Centro Estadual de Educação Profissional Formação e Eventos Isaias Alves.

### Considerações finais

Anna Joaquina dos Santos Bonnati atuou na Escola Normal da Bahia, ao longo dos anos de 1847 a 1880, assumindo as funções de professora a diretora. Anna Joaquina dos Santos Bonnati, primeira mulher professora na Escola Normal, foi encarregada de dar aulas de lição complementar e práticas às alunas que desejavam ingressar no curso.

Com uma visão crítica e atenciosa para com a Escola Normal da Bahia, a diretora do Internato Normal de Senhoras, Anna Bonnati solicitava constantemente ao Presidente da Província, atenção para com a referida instituição. Para ela era necessário que o



presidente se dedicasse mais a instituição responsável por formar qualificadas aspirantes ao magistério primário baiano.

Em seus relatórios a diretora do Internato de Senhoras, Anna Bonatti, criticava o fato de que algumas alunas entravam no curso normal para ampliar os estudos, mas nem sempre tinham o desejo de ingressar posteriormente no magistério primário, além de apontar que muitas das aspirantes ingressavam mal preparadas nas primeiras letras, considerando assim que a escola normal deveria ser o espaço de aperfeiçoamento e ampliação dos conhecimentos adquiridos na infância.

O contato com as fontes documentais utilizadas para o desenvolvimento desta pesquisa mostra a necessidade de dar continuidade aos estudos, não só dos trabalhos desenvolvidos pela Anna Joaquina, mas de toda a conjuntura e movimentos de mulheres do passado que, com suas tensões, foi configurando e reconfigurando a organização da Escola Normal.